

Correio Braziliense – 22/10/2011

Curto-circuito nas concessões

Por Luiz Carlos Azedo

Com Leonardo Santos

luizazedo.df@dabr.com.br

O setor elétrico brasileiro anda à beira de um curto-circuito institucional. Segundo o presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia em 2015 pôs na ordem do dia a redução de tarifas, a segurança do fornecimento e a desoneração tributária, mas o debate sobre as concessões do setor elétrico não avançou por culpa do governo.

A partir de 2015, vencem diversos contratos de concessão de serviços de energia elétrica, firmados com Furnas, Chesf, Cesp, Cemig, Copel e Celesc, que correspondem a 20% do parque gerador, 33% da distribuição de energia elétrica e 74% da receita anual dos sistemas de transmissão. Vários contratos de fornecimento, inclusive, vencem a partir do próximo ano.

Parte do custo atual das tarifas foi fixada para amortizar os investimentos na construção de hidrelétricas e linhas de transmissão, ativos do setor energético, décadas atrás, alguns há mais de 50 anos. "É tempo suficiente para amortizá-los", pondera Jardim. Nas concessões de geração que vencem até 2017, essa diferença chega a R\$ 7 bilhões por ano, que podem ser somados a outros R\$ 3 bilhões anuais das concessões de transmissão. O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaf, propõe a realização de novas licitações para todas as concessões, um curto-circuito no setor. A tendência do governo é renová-las, mas não se sabe ainda em que termos.

Pressão// A presidente Dilma Rousseff recebeu ontem o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), que esperneia por causa do projeto de redistribuição dos royalties de petróleo. No encontro, Cabral apresentou uma planilha mostrando que o estado perde R\$ 48,9 bilhões até 2020.

Redução

Durante seminário realizado na Câmara pela comissão, o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Edvaldo Alves de Santana, chegou a prever uma redução em torno de 25% para as tarifas da energia hidroelétrica, cujas concessões estão terminando em 2015. Segundo Arnaldo Jardim (foto), "existem caminhos e alternativas para 'relicitar', prorrogar ou renovar, mas uma coisa é certa: o principal é como capturar essa 'diferença' e utilizá-la para diminuir o custo da energia".

Blecautes

O problema da segurança no setor elétrico é grave. Vai da maior cidade do país, São Paulo - que já passou por blecautes nos bairros mais nobres, como Vila Olímpia, Itaim Bibi, Vila Leopoldina, Perdizes e Pinheiros -, aos sertões de Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte, estados nos quais 33 milhões de pessoas ficaram às escuras em 3 de fevereiro. Em novembro de 2009, 18 estados foram atingidos por um grande apagão causado pela queda do sistema de transmissão de Itaipu.

Impostos

O que não falta são impostos e encargos no setor elétrico. São 23 no total, sendo 12 tributos de âmbito federal (13,91%), estadual (20,81%) e municipal (0,02%), que não retornam em forma de investimentos ao setor elétrico, e outros 11 encargos setoriais (8,78%) destinados a promover políticas sociais e de desenvolvimento tecnológico. Os dados são do **Instituto Acende Brasil**/ PriceWaterhouseCoopers, que aponta uma carga tributária consolidada no setor elétrico de 45,08%